



Rui Ramos

Colunista do Observador

A ascensão do racismo bom

Segundo a nova doutrina sobre o racismo promovida pela extrema-esquerda, um racista é, por definição, alguém que a extrema-esquerda diz que é racista.

19 mar 2021, 00:52197

Em Janeiro deste ano, Amanda Gorman recitou um poema na tomada de posse de Joe Biden. Editores de outros países acreditaram que seria negócio publicá-la nas respectivas línguas. Começaram, então, os problemas. A holandesa Marieke Lucas Rijneveld não podia traduzir Gorman para holandês; o espanhol Victor Obiols também não podia traduzi-la para catalão. Porquê? Por falta de competência linguística para entender o original? Por não darem garantias de que as suas versões tivessem qualidade literária? Não, nada disso. Rijneveld e Obiols tiveram de renunciar a traduzir Gorman porque nenhum deles tinha a cor da pele de Gorman, que nos Estados Unidos é identificada como “afro-americana”. A pergunta que poderíamos fazer é a seguinte: que palavra nos ocorre quando uma pessoa é excluída de uma actividade ou de uma posição por causa da cor da sua pele?

Mas não respondam já. Imaginem a situação inversa. Imaginem que Rijneveld e Obiols, convidados a traduzir Gorman, se tinham recusado. E imaginem que, como razão, tinham citado a cor da pele de Gorman. Ficaríamos surpreendidos se muita gente, sem mais informação do que essa, fosse tentada a usar, para explicar o comportamento de Rijneveld e de Obiols, a palavra “racismo”? No entanto, ninguém usou essa palavra para referir a exclusão de tradutores pelo facto de não terem a mesma cor da pele da autora a ser traduzida. Os banidos aceitaram mansamente o seu destino. Muitos literatos, ainda mais mansamente, preferiram meditar em abstracto sobre “os problemas da tradução”. E houve até quem, subindo da mansidão à solicitude, louvasse a discriminação: iria “diversificar” o lote de tradutores a trabalhar na Holanda e na Espanha. Não é “racismo”, porque as intenções são boas? Existe um racismo bom?

“Racismo” não é simplesmente o reconhecimento de diferenças. Racismo não é, também, apenas a eventual estranheza dos seres humanos perante outros seres humanos com um aspecto ou costumes a que não estão habituados. Racismo, se a palavra tiver de fazer sentido, é uma ideologia: a afirmação de que a humanidade está dividida em grupos definidos pela cor da pele ou qualquer outro factor biológico, e que essa divisão deve corresponder a uma separação entre esses grupos. Ora, é precisamente este tipo de pensamento que a exclusão dos tradutores “brancos” de Amanda Gorman parece pressupor: que Gorman e os seus tradutores não são simplesmente autores literários, mas seres definidos pela sua “raça” num sentido biológico, e que essa “raça” determina “experiências” que não podem ser partilhadas com outra “raça”. Isto, antigamente, era racismo. Era – porque o racismo agora é outra coisa.

O racismo, como já devem ter ouvido, é hoje apenas a “supremacia branca”. Não há outro no mundo. É esta a chave do caso Gorman: excluir os seus tradutores não foi racismo simplesmente porque os discriminados eram “brancos”, e contra os “brancos”, por definição, nunca há racismo. O racismo hoje em dia nunca se refere às múltiplas exclusões e perseguições de minorias étnicas ou culturais em muitas regiões do mundo, dos [rohingya na Birmânia](#) aos [imigrantes moçambicanos na África do Sul](#). Refere-se única e exclusivamente à “estrutura” das sociedades ocidentais. Como chegámos aqui?

As doutrinas racialistas, muito vulgares na Europa e nos EUA na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, foram desacreditadas com o horror da perseguição e extermínio nazi das comunidades judaicas na Europa durante a II Guerra Mundial. Restaram, no entanto, situações de menorização de facto, como em muitas colónias europeias na África ou na Ásia, ou mesmo de segregação legal, como na República da África do Sul ou no sul dos EUA sob o governo do Partido Democrata. Falava-se, por isso, de um “problema racial”. Na década de 1960, os EUA julgaram resolvê-lo ao abolir a segregação e os europeus ao reconhecerem a independência das suas colónias. Em constituições recentes, como a portuguesa de 1976, proíbe-se, de acordo com o “princípio de igualdade”, que alguém seja “privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever” por razões, entre outras, de “raça”, “ascendência”, “língua”, “religião”, ou “território de origem” – o que cobre todos os critérios tradicionalmente usados para delimitar grupos de identidade étnica. Nas escolas, martelou-se veementemente contra qualquer xenofobia – em Portugal, aliás, já muito antes de 1974, em nome então de uma “sociedade multirracial”. Em 2008, quando os EUA elegeram Barack Obama, o racismo parecia ter sido ultrapassado. Dir-se-ia, no entanto, que foi há muito tempo. Porque de repente, eis as sociedades ocidentais, meio século depois do fim da segregação e da descolonização, a serem pintadas como infernos racistas, ao nível da Alemanha nazi. Como é possível ainda pensar que a “supremacia branca” explica o mundo, quando nos EUA o [grupo étnico com maior rendimento médio é o dos asiáticos](#), e se espera confirmação de que a [China tem a maior economia](#)? Que espécie de “supremacia branca” é esta?

O que está a acontecer tem a ver com o modo como a política ocidental explorou as transformações do mundo no princípio do século XXI, durante a chamada “globalização”. Os fluxos migratórios, no caso da Europa ocidental, inverteram-se completamente. Uma

parte do mundo donde, no século XX, tinha saído gente a povoar outras partes do mundo, passou a receber milhões de migrantes, que formaram comunidades relativamente visíveis nas grandes cidades ocidentais. Isto reacendeu as esperanças dos grandes derrotados políticos do fim do século XX. É costume, a este propósito, reduzir a conversa ao nativismo da “extrema direita”. Mas a extrema-direita está confinada a nichos vigiados pela polícia. Não tem o acesso da “extrema-esquerda” às universidades, à comunicação social, à indústria do entretenimento, à administração das grandes empresas de redes sociais. O novo racismo é sobretudo uma obra da extrema-esquerda.

Para o perceber, é preciso recuar aos anos 1960, quando o revolucionarismo de esquerda se confrontou com o “aburguesamento” da classe operária na nova sociedade de consumo. Os pobres do Terceiro Mundo ficaram então encarregados de fazer as Comunas de Paris de que o “proletariado” ocidental tinha desistido. No princípio do século XXI, as migrações trouxeram essa nova carne de canhão das revoluções para as cidades ocidentais, sob a forma das chamadas “minorias étnicas”. O novo racismo tem sido a maneira de as educar para a insurreição. Por um lado, a extrema-esquerda argumenta que a “raça” é uma “construção social” do Ocidente capitalista; por outro lado, incita as “minorias” a assumir essa mesma “raça” como elemento exclusivo da sua identidade, de modo a formarem uma massa homogénea em guerra com o “sistema”. Porque é o “sistema” que está em causa. É que para a extrema-esquerda, o “racismo” não precisa de “racistas”. É “estrutural”. Não depende de doutrinas nem de preconceitos pessoais. É gerado pelo modo como as sociedades ocidentais estão organizadas. Daqui, temos duas consequências. Primeiro, a única maneira de erradicar o racismo é demolir a sociedade, a sua linguagem, as suas convenções, a sua história — esvaziá-la de tudo, e fundá-la de novo. Segundo, só a extrema-esquerda, pela sua oposição revolucionária ao “sistema”, está em condições de reconhecer e denunciar o racismo. Um racista é assim, por definição, alguém que a extrema-esquerda diz que é racista.

Este racismo de extrema-esquerda espalhou-se por várias razões. Para começar, interessou às esquerdas ditas “moderadas”, que passaram a poder denunciar os seus rivais à direita, na medida em que defendem o “capitalismo”, como “racistas”, e não apenas como “neoliberais”. Mas acima de tudo, tocou num nervo da cultura das classes médias ocidentais. Por mais secularizadas, nunca ultrapassaram a sua educação cristã: um certo desgosto com este mundo, um sentimento de culpa por beneficiarem dele, e a ideia de que é sua missão guiá-lo para a redenção. Noutros tempos, acharam que o podiam fazer dominando, para “civilizar”. Agora, sabem que isso é “imperialismo”. Mas nem por isso desistiram de estar à frente. Hoje, querem ser os primeiros a viver sem preconceitos. Dispõem-se também, como compete aos messias, a carregar toda a culpa do mundo. Quando o Ocidente se sente ameaçado de ficar para trás, ser culpado de tudo é ainda uma forma de preeminência. Daí, esta infinita susceptibilidade da cultura média ocidental à expiação do “racismo”, entre outros pecados.

Em Portugal, começámos de repente a reparar na cor da pele e nas origens uns dos outros. Foi o que aconteceu aos portugueses medalhados no Campeonato Europeu de Atletismo em pista coberta. A continuar, a racialização promovida pela extrema-esquerda teria como efeito aprisionar toda a gente em grupos raciais, por mais desesperada que cada pessoa

esteja, como o personagem do romance de Percival Everett, *Erasure* (2001), para não ser definida pela cor da pele. Acabaria também por comprometer um dos fundamentos de qualquer regime democrático: a noção de uma história e de um destino comuns. A divisão de uma sociedade em comunidades de identidade étnica estanques era típica de impérios, onde a submissão a um mesmo poder bastava como elo de ligação. Em suma, um mau desenvolvimento para a liberdade. Mas cá está: segundo os novos racistas, [a “liberdade” é mais uma ideia da “supremacia branca”](#).